



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Em Macau, a qualidade das obras públicas não é minimamente garantida, pois são muitas as críticas relacionadas com a qualidade. O projecto de habitação pública de Seak Pai Van é o maior de todos os projectos públicos, e são também muitos os problemas detectados. Para além da insuficiência de instalações públicas, são muitos e muitos os problemas relacionados com a qualidade. Depois do caso das “paredes de papelão” detectado no edifício Koi Nga e do caso dos “tijolos soltos” do edifício do Lago, detectou-se agora mais um problema relacionado com a qualidade no edifício Lok Kuan, cuja ocupação aconteceu há pouco mais de um ano, em que os tijolos das paredes de 90% dos corredores do edifício vão ter de ser reparados, obras que vão afectar gravemente a vida quotidiana dos moradores.

A supervisão das obras públicas é, sem dúvida, responsabilidade do Governo. Este já afirmou, várias vezes, que existem mecanismos de avaliação e que se atribui uma pontuação à qualidade das obras públicas, por via da empresa consultora e fiscalizadora contratada para o fazer durante a execução das obras, e que também encarregou um organismo especializado da verificação, aprovação, examinação e recepção dos materiais de construção. O Governo também afirmou, diversas vezes, que caso se verifiquem problemas relacionados com a qualidade, a empresa responsável pela fiscalização será penalizada, nos termos do contrato. Nestes últimos anos, registaram-se sucessivos problemas com a qualidade nas habitações



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

públicas, mas as autoridades justificaram-se imputando apenas responsabilidades à “fraca habilidade dos operários”, à “expansão e contracção térmica dos azulejos” etc., etc., nunca se viu alguém a ter de assumir qualquer responsabilidade, portanto, os problemas continuam a surgir, sucessivamente, o que nos leva a questionar e duvidar do porquê de o Governo não ter procedido à devida supervisão das obras de construção das habitações públicas, com vista a garantir a sua qualidade.

Veja-se o caso do edifício Lok Kuan. Foi concluído há dois anos e meio, mas o Governo ainda não completou a distribuição das fracções, embora o edifício ainda esteja dentro do prazo de garantia e o empreiteiro se responsabilize pelas despesas de reparação decorrentes de problemas com a qualidade, as obras de reparação que estão agora em curso provocam poeira, que se acumula nos corredores, janelas e portas das fracções, assim como também afectam a movimentação dos moradores, e para aqueles que sofrem de doenças como asma, enfisema pulmonar, etc., a situação ainda é pior. As autoridades devem averiguar a razão da substituição dos tijolos, se houve ou não alguma falha, e quem é o culpado, não devem só exigir ao empreiteiro que proceda às devidas reparações e dar o assunto por encerrado.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Para que as habitações de Sec Pai Van fossem ocupadas o mais rápido possível, as fracções foram distribuídas antes da respectiva vistoria.

Podemos perceber isso, mas agora são vários e sucessivos os problemas com a qualidade dessas habitações, e a intervenção atempada das



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

autoridades competentes para a sua reparação, ainda aumentou a preocupação dos moradores em relação à segurança e à qualidade das obras. As autoridades afirmaram que se encontra em curso o processo de inspecção e vistoria às habitações de Seac Pai Van. Qual é o ponto da situação? Existe uma data para a sua conclusão? E quando é que vai ser divulgado o relatório integral dessa inspecção, a fim de se poderem dissipar as preocupações dos moradores e da sociedade em geral?

2. O Governo gasta muito dinheiro do erário público com a contratação de empresas fiscalizadoras e consultoras, mas como faltam mecanismos concretos para a avaliação e supervisão dos seus deveres e responsabilidades, surgem problemas com a qualidade das obras públicas, e aquelas não são sujeitas a qualquer penalização. O Governo deve estabelecer mecanismos mais rigorosos e concretos para a respectiva supervisão e avaliação, reforçando o controlo das competências e obrigações das empresas fiscalizadoras e consultoras, e através da avaliação do seu desempenho e do reforço das sanções para as irregularidades detectadas, elevar a consciência e as responsabilidades das mesmas em relação ao papel que têm de desempenhar enquanto entidades fiscalizadoras de obras públicas. O Governo vai fazê-lo?
3. São muitas as obras públicas em que se verificam problemas com a qualidade, derrapagens orçamentais, incumprimento dos prazos de conclusão das obras, etc., e a população não está satisfeita com o desleixo do Governo no âmbito da supervisão e do controlo, o que só afecta a sua



(TRADUÇÃO)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

imagem. O actual regime das despesas com obras e aquisição de bens e serviços, por exemplo, o Decreto-lei n.º 74/99/M “Regime Jurídico do Contrato das Empreitadas de Obras Públicas” já está em vigor há vários anos e já está desactualizado face ao desenvolvimento e evolução da sociedade. O Governo afirmou que ia aperfeiçoar a respectiva legislação, reforçando o controlo e a supervisão das obras públicas, a fim de assegurar as suas qualidade e rapidez de execução. Há que reforçar o controlo e a supervisão da qualidade das obras públicas, e quanto aos empreiteiros, há que os obrigar ao cumprimento dos prazos estipulados. Assim sendo, o Governo dispõe de algum plano e calendarização para a revisão e aperfeiçoamento do referido decreto-lei?

10 de Setembro de 2015

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei